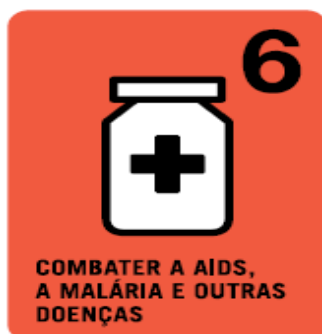
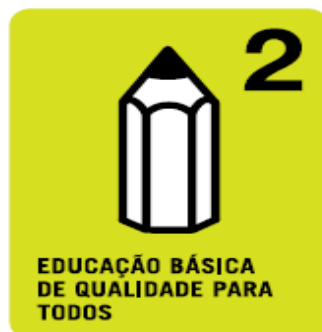




O Brasil e os Objetivos e Metas de Desenvolvimento do Milênio



Junho de 2009



Os ODM e o Governo Brasileiro

- 2000 - Cúpula do Milênio, 189 países pactuam a promoção de oito objetivos de desenvolvimento até 2015.
- O Presidente da República reafirmou, em diversas oportunidades e em diversos fóruns, o compromisso brasileiro de promover o alcance dos ODM pelo Brasil.
- 2003 - Criação do GT Objetivos do Milênio.
- 2004 - 1º Relatório Brasileiro de Acompanhamento dos ODM (pnad 2002).
- 2005 - 2º Relatório Brasileiro de Acompanhamento dos ODM (pnad 2003)*.
- 2007 - 3º Relatório Brasileiro de Acompanhamento dos ODM (pnad 2005)**.
- 2010 - 4º Relatório Brasileiro de Acompanhamento dos ODM (pnad 2009).
- Mapeamento das ações de Governo que têm impacto sobre os ODM.
- Prêmio ODM
- Agenda de Compromissos - Governo Federal e Municípios – 2009-2012

*tropicalização das metas

**alteração data publicação



ERRADICAR A EXTREMA
POBREZA E A FOME

Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome

Meta 1 (Nações Unidas) Reduzir **pela metade**, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC* por dia

**Paridade do Poder de Compra*

Meta 1A (Brasil) Reduzir a **um quarto**, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia

Meta 2 (Nações Unidas) reduzir **pela metade**, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome

Meta 2A (Brasil) **erradicar a fome** entre 1990 e 2015

Principais iniciativas do Governo Federal

FOME ZERO E PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL

1 • Acesso à Alimentação:

- a. Programa Bolsa Família – PBF
- b. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
- c. Distribuição de cestas de alimentos para grupos populacionais específicos
- d. Promoção de hábitos de vida e de alimentação saudáveis
- e. Instalação de Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos
- f. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT
- g. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN

2 • Desenvolvimento Agrário:

- a. Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA
- b. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF
- c. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA

3 • Geração de Trabalho e Renda:

- a. Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para Geração de Emprego e Renda
- b. Programa Economia Solidária em Desenvolvimento
- c. Inclusão Bancária e Microcrédito
- d. Plano Nacional de Qualificação - PNQ
- e. Política de Recuperação do Salário Mínimo



ERRADICAR A EXTREMA
POBREZA E A FOME

Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome

Meta 1 (Nações Unidas) Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia

Meta 1A (Brasil) Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia

Meta 2 (Nações Unidas) reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome

Meta 2A (Brasil) erradicar a fome entre 1990 e 2015

Principais iniciativas do Governo Federal (cont.)

FOME ZERO E PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL

4 • Criança e Adolescente:

- a. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
- b. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE
- c. Programa Segundo Tempo
- d. Projeto Agente Jovem
- e. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem
- f. Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes
- g. Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente

5 • Idosos e Portadores de Deficiência:

- a. Benefício de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia

6 • Cidadania e Inclusão Social:

- a. Programa de Erradicação do Trabalho Escravo
- b. Programa Cultura Viva (Pontos de Cultura)
- c. Implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
- d. Previdência Social
- e. Ações de Promoção da Igualdade Racial
- f. Programa Brasil Quilombola



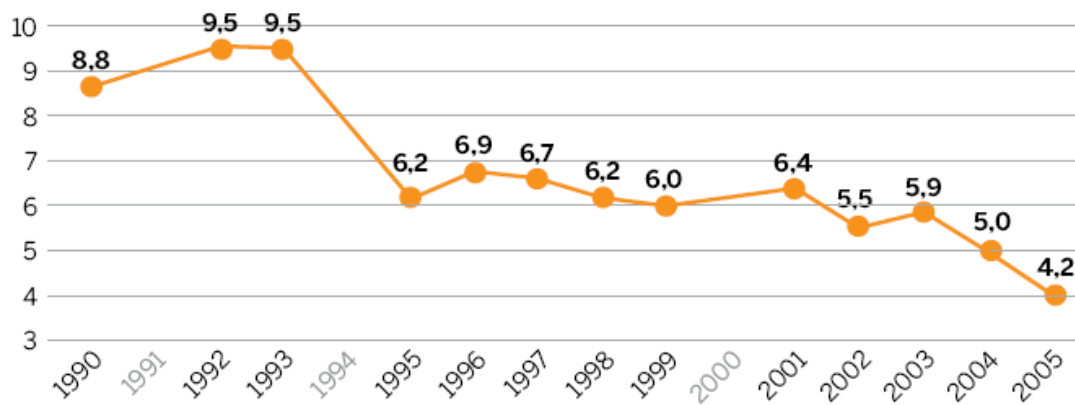
1

ERRADICAR A EXTREMA
POBREZA E A FOME

Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome

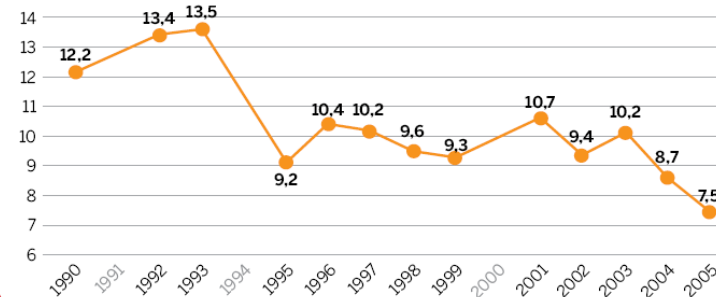
Brasil já alcançou meta de redução da pobreza estabelecida pela ONU

GRÁFICO 1 • Evolução da pobreza extrema no Brasil*, 1990 a 2005 (percentual da população sobrevivendo com menos de 1 dólar PPC por dia)



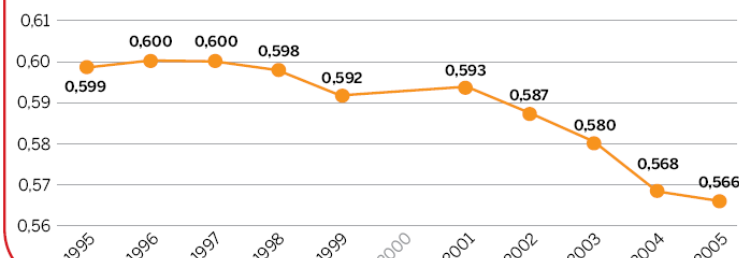
*Exclusivo a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP
Fonte: IBGE, Pnad

GRÁFICO 2 • Evolução do número de pessoas em pobreza extrema no Brasil*, 1990 a 2005 (em milhões)



*Exclusivo a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP
Fonte: IBGE, Pnad

GRÁFICO 3 • Evolução do coeficiente de Gini no Brasil*, 1995 a 2005



*Exclusivo a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP
Fonte: IBGE, Pnad



1

**ERRADICAR A EXTREMA
POBREZA E A FOME**

Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome

Os dados do último relatório permitem concluir que:

- **Caiu desigualdade de renda por região e por raça/cor**
- **Pobreza, que era quatro vezes maior na zona rural que nas cidades em 1990, recuou para três vezes em 2005**
- **Desnutrição acompanha distribuição da pobreza**
- **Desnutrição infantil cai há três décadas**



1

**ERRADICAR A EXTREMA
POBREZA E A FOME**

Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome

Programa Bolsa Família

Dez/03 - 3,6 milhões de famílias

Dez/04 - 6,5 milhões de famílias

Dez/05 - 8,9 milhões de famílias

Dez/06 - 11,2 milhões de famílias

Dez/07 - 11,2 milhões de famílias

Dez/08 - 11,3 milhões de famílias

Meta 2009 - 12,4 milhões de famílias atendidas

Até o final do governo cobertura total das famílias pobres



2

ATINGIR O ENSINO
BÁSICO UNIVERSAL

Universalizar a Educação Primária

Meta 3 (Nações Unidas) Garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino

Meta 3A (Brasil) Garantir que, até 2015, **todas** as crianças, de todas as **regiões** do país, Independentemente de cor /raça e sexo, concluem o **ensino fundamental**

Principais iniciativas do Governo Federal

- a. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB
- b. Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE
- c. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD
- d. Alfabetização e educação de jovens e adultos
- e. Plano de Qualidade para a Educação Básica
- f. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE



2

ATINGIR O ENSINO
BÁSICO UNIVERSAL

Universalizar a Educação Primária

Brasil universaliza acesso e reduz desigualdades regionais e de cor/raça nas taxas de freqüência à escola; desafio é garantir conclusão do ensino fundamental

TABELA 1 • Taxa de freqüência escolar líquida das pessoas de 7 a 17 anos por grupos de idade e nível de ensino, segundo sexo, cor/raça e situação de domicílio – Brasil e Grandes Regiões, 1992 e 2005 (em %)

Características selecionadas	Fundamental 7 a 14 anos		Médio 15 a 17 anos	
	1992	2005	1992	2005
Total*	81,4	94,5	18,2	46,0
Norte*	82,5	93,9	11,7	35,4
Nordeste	69,7	92,4	9,5	30,1
Sudeste	88,0	95,8	24,3	57,4
Sul	86,9	95,9	23,1	53,6
Centro-Oeste	85,9	94,7	17,5	45,9
Sexo				
Homem	79,9	94,3	15,1	41,2
Mulher	82,7	94,8	21,3	50,7
Cor/raça				
Branca	87,5	95,5	27,1	56,9
Preta e Parda	75,3	93,7	9,2	36,3
Situação do domicílio				
Rural	66,5	92,5	5,3	25,7
Urbana	86,2	95,0	22,3	50,4

Fonte: IBGE, Pnad de 1992 e 2005

*Exclusiva a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP

TABELA 3 • Taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade, segundo sexo, cor/raça e situação do domicílio – Brasil e Grandes Regiões, 2005 (em %)

Características selecionadas	Taxa de alfabetização	
	1992	2005
Total	91,3	97,2
Norte	94,0	98,8
Nordeste	80,0	93,7
Sudeste	96,5	98,9
Sul	96,8	98,8
Centro-Oeste	95,4	98,7
Sexo		
Homem	89,2	96,3
Mulher	93,5	98,2
Cor/raça		
Branca	95,6	98,4
Preta e parda	86,8	96,1
Situação do domicílio		
Urbana	94,8	98,1
Rural	78,8	92,7

Fonte: Pnad/IBGE

Obs.: excluída a população rural dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR.



2

ATINGIR O ENSINO
BÁSICO UNIVERSAL

Universalizar a Educação Primária

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

- Estimativa de receita para 2009 é de R\$ 81,9 bilhões, 28% maior do que o total aplicado pelo Fundo em 2008, quando chegou a R\$ 63,7 bilhões.

Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

- Mais R\$ 1 bilhão por ano para formar 330 mil professores que atuam na educação básica e ainda não são graduados, nos próximos cinco anos.
- As medidas para a valorização do professor incluem, ainda:
 - o pagamento de financiamento de estudos com trabalho na rede pública;
 - ajuda extra aos estados que não conseguirem pagar o piso de R\$ 950 para os professores; e
 - uma prova nacional para o magistério.



PROMOVER A IGUALDADE
DE GÊNERO E A AUTONOMIA
DAS MULHERES

Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia às mulheres

Meta 4 (Nações Unidas) Eliminar as disparidades entre sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015

(não se aplica ao Brasil)

Principais iniciativas do Governo Federal

- a. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM
- b. Programa Brasil, Gênero e Raça
- c. Promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho
- d. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
- e. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher
- f. Assistência técnica e extensão rural para trabalhadoras rurais
- g. Programa de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres
- h. Medidas de enfrentamento ao tráfico de pessoas
- i. Gênero e Diversidade na Escola
- j. Mulher e Ciência



Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia às mulheres

A população feminina tem maior acesso à educação nos três níveis de ensino, mas enfrenta dificuldade de inserção no mercado de trabalho e desigualdade salarial.

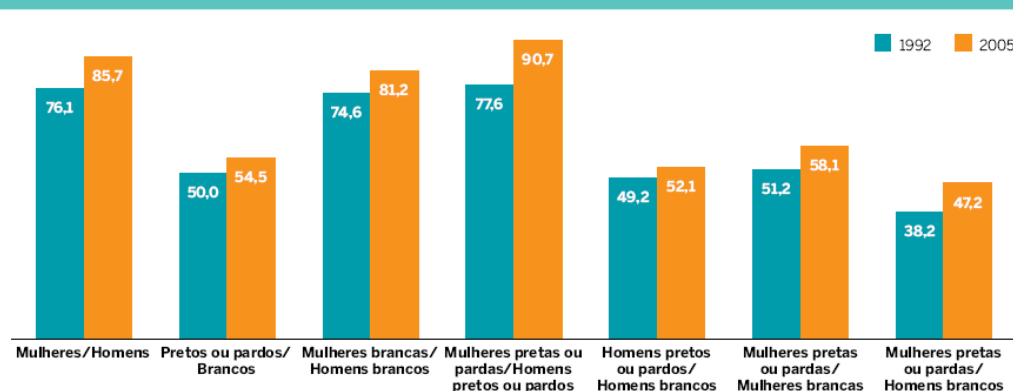
A defasagem escolar é mais influenciada pela cor/raça do que pelo sexo.

TABELA 1 • Razão entre as taxas de freqüência à escola de mulheres e homens nos níveis de ensino fundamental (7 a 14 anos), médio (15 a 17 anos) e superior (18 a 24 anos) – Brasil e Grandes Regiões, 1992 e 2005

	Número de mulheres estudantes/número de homens estudantes por nível de ensino					
	Fundamental		Médio		Superior	
	1992	2005	1992	2005	1992	2005
Brasil*	100,8	100,6	140,7	123,1	119,9	130,8
Norte*	105,9	99,7	126,3	117,6	128,1	153,9
Nordeste	107,8	101,3	180,2	147,4	127,3	129,9
Sudeste	97,1	100,6	146,8	117,5	111,6	128,5
Sul	98,5	99,9	112,1	117,1	137,1	136,7
Centro-Oeste	98,0	100,0	107,2	127,9	135,7	123,2

*Exclui a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA, AP
Fonte: IBGE, Pnad 1992 e 2005

GRÁFICO 7 • Relação entre o rendimento-hora médio por sexo e cor/raça – Brasil*, 1992 e 2005 (em %)



*Exclui a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA, AP
Fonte: IBGE, Pnad 1992 e 2005



REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL

Reduzir a mortalidade na infância

Meta 5 (Nações Unidas) Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças com menos de 5 anos de idade

Principais iniciativas do Governo Federal

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

a. Estratégia Saúde da Família – PSF

b. Agentes Comunitários de Saúde – PACS

c. Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal

d. Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil

e. Programa Nacional de Imunização – PNI



4

REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Reduzir a mortalidade na infância

Brasil se aproxima da meta de redução da mortalidade na infância de menos de 18 óbitos por mil nascidos vivos.

A mortalidade infantil também caiu, de 33,7 por mil nascidos vivos em 1996, passou para 21,1 em 2005 – uma queda de 37,2%.

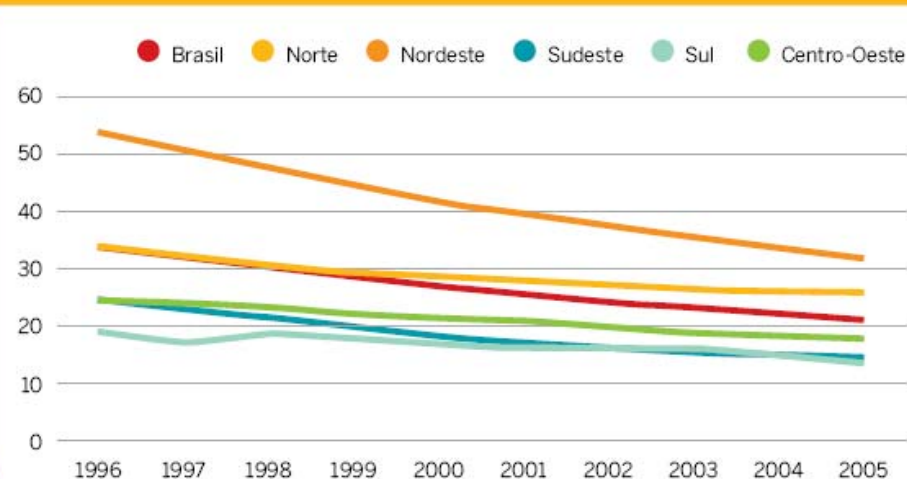
A cada 10% de aumento na cobertura do Programa Saúde da Família, a mortalidade infantil caiu 4,5%.

TABELA 1 • Taxa de mortalidade na infância – Brasil e Grandes Regiões, 1990 a 2005 (por mil nascidos vivos)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1990	53,7	52,9	87,3	36,6	35,2	41,0
1991	50,6	49,9	81,6	34,7	33,3	38,7
1992	47,9	47,2	76,3	33,1	31,5	36,7
1993	45,4	44,7	71,5	31,6	29,9	34,8
1994	43,3	42,5	67,2	30,3	28,4	33,1
1995	41,4	40,6	63,4	29,1	27,0	31,6
1996	39,7	38,9	60,1	28,1	25,8	30,3
1997	38,3	37,4	57,2	27,3	24,7	29,1
1998	37,1	36,2	54,8	26,5	23,7	28,0
1999	36,0	35,0	52,7	25,9	22,8	27,0
2000	32,7	32,1	45,6	22,3	21,2	26,4
2001	31,7	31,1	43,7	21,5	20,4	25,4
2002	30,8	30,2	42,1	20,8	19,7	24,6
2003	30,4	29,5	40,9	20,2	19,1	23,8
2004	29,3	28,9	39,8	19,7	18,5	23,2
2005	28,7	28,3	38,9	19,2	18,0	22,6
Dif. 1990-2005	-46,4	-46,5	-55,4	-47,5	-48,8	-44,8

Fonte das Informações Básicas: IBGE, Censo Demográfico e Pnad (1990 a 2005)

GRÁFICO 1 • Evolução da mortalidade infantil por mil nascidos vivos – Brasil e Grandes Regiões, 1996 a 2005



Fonte: RIPSA



5

MELHORAR A SAÚDE
MATERNA

Melhorar a saúde materna

Meta 6 (Nações Unidas) Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

Meta 6A (Brasil) Promover, na Rede do Sistema Único de Saúde (SUS), cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015

Meta 6B (Brasil) Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual

Principais iniciativas do Governo Federal

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

a. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

b. Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento – PHPN

c. Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal

d. Plano de Ação para o Controle do Câncer de Mama e do Colo do Útero no Brasil

e. Política Nacional de Planejamento Familiar

f. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu



5

MELHORAR A SAÚDE
MATERNA

Melhorar a saúde materna

A razão de mortalidade materna caiu de 61,2 para 53,4 óbitos por 100 mil nascidos vivos entre 1997 e 2005 (redução de 12,7%)

entretanto há evidências de subnotificação.

TABELA 1 • Razão de mortalidade materna – Brasil e Grandes Regiões, 1997 a 2005 (por 100 mil nascidos vivos)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	61,2	64,8	57,3	52,4	50,7	54,2	52,1	54,4	53,4
Norte	53,1	57,1	63,1	62,3	49,8	53,1	57,2	53,1	57,5
Nordeste	54,9	55,9	56,3	57,7	57,4	61,4	62,9	63,8	67,0
Sudeste	64,7	70,1	55,2	48,4	44,4	46,4	42,2	44,4	40,7
Sul	71,5	76,2	62,1	53,4	52,6	57,6	51,6	59,0	55,1
Centro-Oeste	53,3	54,8	57,2	39,1	54,1	60,7	53,5	61,8	54,5

Fonte: SVS/MS

TABELA 2 • Proporção de partos hospitalares – Brasil e Grandes Regiões, 2005 (em %)

Região	Proporção
Norte	90,8
Nordeste	95,3
Sudeste	99,1
Sul	99,0
Centro-Oeste	99,3
Total	97,1

Fonte: SVS/MS



6

Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças.

COMBATER O HIV/AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS

Meta 7 (Nações Unidas) Até 2015, ter detido a propagação do HIV/aids e começado a inverter a tendência atual

Meta 8 (Nações Unidas) Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual

Meta 8A (Brasil) Até 2015, ter reduzido a incidência da malária e da tuberculose

Meta 8B (Brasil) Até 2010, ter eliminado a hanseníase

Principais iniciativas do Governo Federal

- a. Programa DST/aids
- b. Programa Nacional de Controle da Malária - PNCM
- c. Programa Nacional de Controle da Tuberculose
- d. Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase
- e. Pensão aos Atingidos pela Hanseníase



6

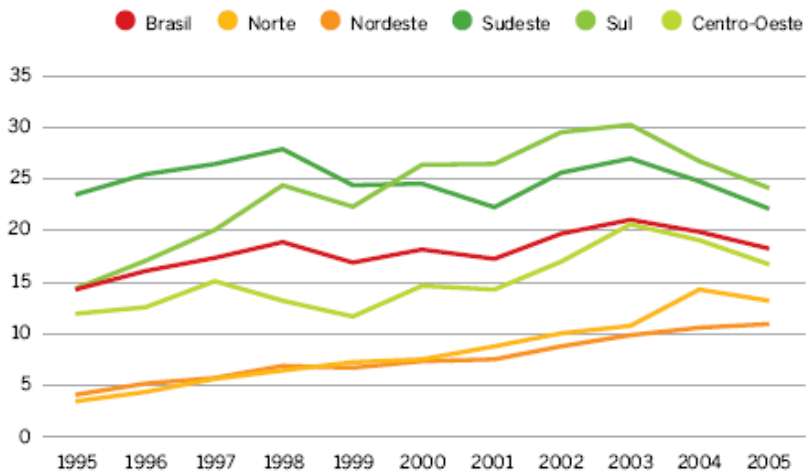
Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças.

COMBATER O HIV/AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS

Proporção de brasileiros com HIV estável desde 2000, a taxa de prevalência entre brasileiros de 15 a 49 anos permaneceu em 0,6% – 0,8% entre os homens e 0,4% entre as mulheres.

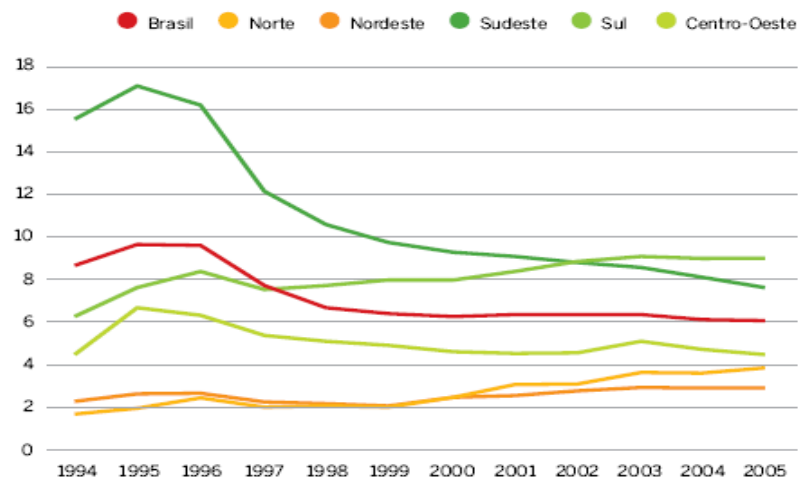
A taxa de mortalidade por aids no Brasil em declínio, de 9,6 mortes para cada 100 mil habitantes em 1996, para 6,0 em 2005.

GRÁFICO 1 • Taxa de incidência de aids, segundo ano de diagnóstico – Brasil e Grandes Regiões, 1995 a 2005 (por 100 mil habitantes)



Fonte: MS/SVS/FN-DST/AIDS

GRÁFICO 2 • Taxa de mortalidade por aids, por ano de óbito – Brasil e Grandes Regiões, 1994 a 2005 (por 100 mil habitantes)



Fonte: MS/SVS/FN-DST/AIDS



6

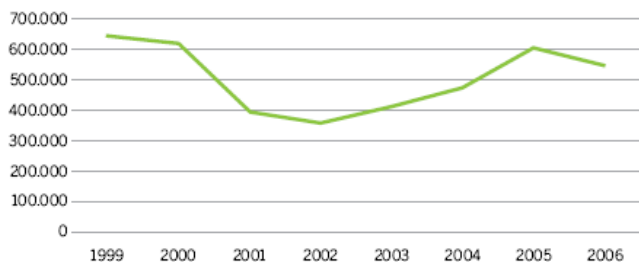
Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças.

COMBATER O HIV/AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS

Após um ligeiro aumento entre 2000 e 2003, a taxa de incidência de tuberculose tem recuado no Brasil.

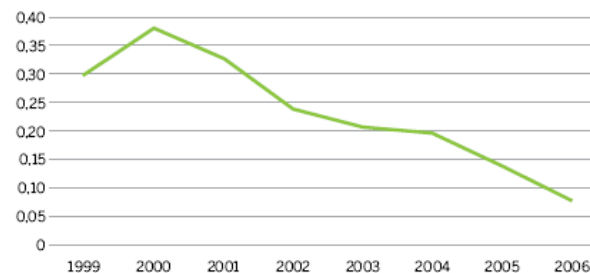
Após três anos de alta, incidência de malária volta a cair em 2006

GRÁFICO 3 • Número de casos de malária – Amazônia Legal, 1999 a 2006



Fuente: Sivsp-Malária/SVS/MS

GRÁFICO 5 • Coeficiente de letalidade da malária – Amazônia Legal, 1999 a 2006* (óbitos por mil casos)



Fuente: SIM/Dataram/MS e Sivsp-Malária/SVS/MS
* Todos parciais

TABELA 1 • Incidência e taxa de incidência de tuberculose por 100 mil habitantes (de todas as formas, pulmonar e pulmonar bacilífera), por ano de notificação – Brasil, 2000 a 2005

Ano	Incidência			%		Taxas*		
	Casos novos	Casos novos pulmonares	Casos novos* pulmonares bacilíferos	Pulmonares/total	Bacilíferos/total	Casos novos	Casos novos pulmonares	Casos novos pulmonares bacilíferos
2000	69.887	60.293	37.495	86,3	53,7	41,2	35,5	22,1
2001	70.277	60.260	37.227	85,7	53	40,8	35,0	21,6
2002	74.202	63.299	39.236	85,3	52,9	42,5	36,2	22,5
2003	76.519	65.381	40.814	85,4	53,3	43,3	37,0	23,1
2004	75.008	64.095	39.792	85,5	53,1	41,9	35,8	22,2
2005	74.113	63.423	39.898	85,6	53,8	40,2	34,4	21,7

Fuente: e-Sim-TB/SVS/MS

* Excluidos os registros sobre os quais falta informação sobre sexo, idade ou código de município de residência.

** O número de casos novos pulmonares está incluído no número de casos novos, e o número de casos novos pulmonares bacilíferos está incluído no número de casos novos pulmonares.



GARANTIR A
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL

Assegurar a sustentabilidade ambiental

Meta 9 (Nações Unidas) Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.

Principais iniciativas do Governo Federal

1 • Recursos Ambientais:

- a. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – ProBio
- b. Programa de Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros
- c. Programa Nacional de Áreas Protegidas do Brasil
- d. Programa de Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – FLORESCE R
- e. Programa Nacional de Florestas – PNF
- f. Programa Comunidades Tradicionais
- g. Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural – Proambiente
- h. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163
- i. Probacias
- j. Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e de Degradação Ambiental
- k. Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN /Brasil
- l. Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – Pronar e Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – Proconve
- m. Programa Brasileiro de Eliminação da Produção e do Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – PBCO
- n. Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
- o. Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC
- p. Tarifa Social de Energia Elétrica
- q. Programa Luz para Todos
- r. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB
- s. Fontes Alternativas de Energia
- t. Eficiência Energética



GARANTIR A
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL

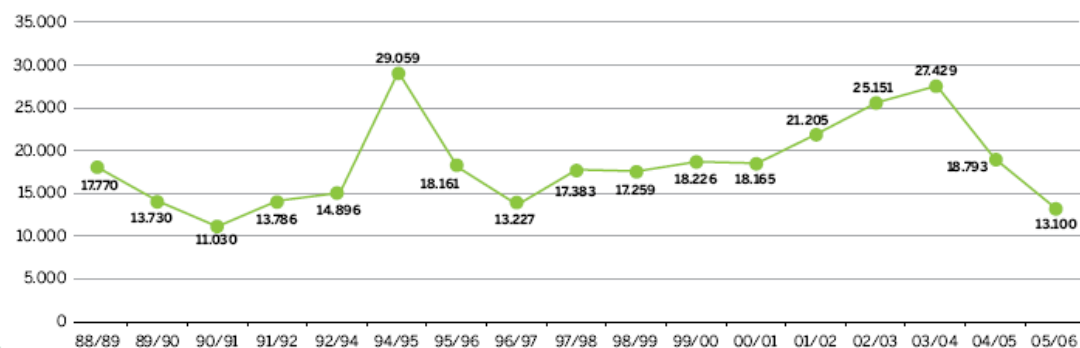
Assegurar a sustentabilidade ambiental

Área protegida cresce e desmatamento na Amazônia volta a cair após sete anos

Desmatamento anual na Amazônia caiu de 29 mil km² em 1994 para 13 mil km² em 2006

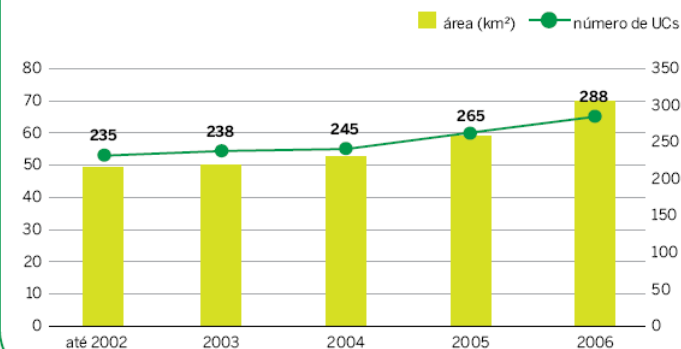
Em 2006, havia 288 unidades de conservação federais totalizando 696 mil km²

GRÁFICO 1 • Desflorestamento na Amazônia Legal brasileira, 1988 a 2006 (km²/ano)



Fonte: MMA, com base em dados do PRODES - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 2007

GRÁFICO 2 • Unidades de conservação federais
- Brasil, 2002 a 2006



Fonte: MMA, Cadastro Nacional de Unidades de Conservação



GARANTIR A
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL

Assegurar a sustentabilidade ambiental

Meta 10 (Nações Unidas) Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário.

Meta 11 (Nações Unidas) Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelos menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

Principais iniciativas do Governo Federal

- a. Programa Saneamento para Todos
- b. Programa Saneamento Rural
- c. Construção de Cisternas
- d. Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto
- e. Programa Drenagem Urbana Sustentável
- f. Programa Resíduos Sólidos Urbanos

Principais iniciativas do Governo Federal

- a. Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
- b. Programa de Arrendamento Residencial – PAR
- c. Programas Carta de Crédito Associativo e Carta de Crédito Individual
- d. Ampliação dos recursos destinados ao mercado imobiliário
- e. Habitação de Interesse Social
- f. Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários
- g. Programa Papel Passado
- h. Programa Minha Casa, Minha Vida



Assegurar a sustentabilidade ambiental

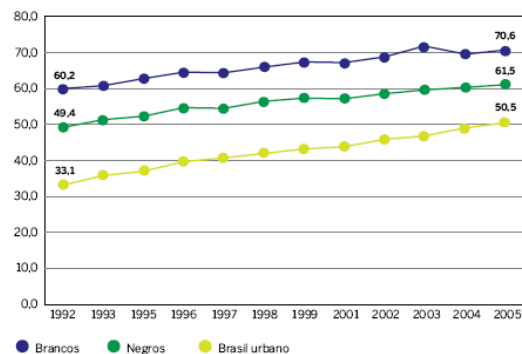
GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

TABELA 7 • Proporção da população urbana com acesso a serviços adequados de água e esgoto – Brasil, 1992 a 2005

Ano	Região					Brasil urbano
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
1992	31,5	39,9	79,7	62,5	37,0	62,3
1993	34,3	41,3	80,7	63,5	39,3	63,5
1995	33,7	41,9	82,8	65,4	38,5	64,7
1996	34,1	49,0	85,3	70,5	42,2	68,6
1997	36,5	45,6	86,1	68,7	45,5	68,3
1998	36,5	46,6	87,8	70,8	46,8	69,7
1999	38,9	48,0	87,8	73,7	44,3	70,4
2001	34,5	52,0	86,7	72,9	45,0	69,9
2002	37,6	51,7	87,5	75,6	45,5	70,7
2003	36,6	52,6	87,9	76,9	47,6	71,4
2004	40,4	53,6	88,5	78,9	43,1	72,0
2005	42,6	56,9	88,7	78,3	47,2	73,3

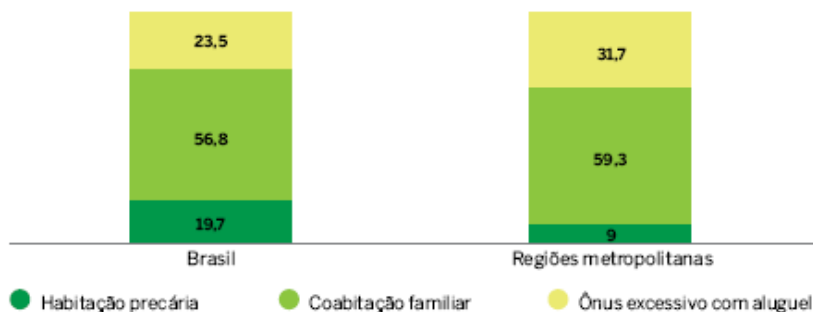
Fonte: Ipea/DISOC, com base nos microdados da Pnad/IBGE 1992-2005, exceto 1994 e 2000, anos em que a pesquisa não foi feita

GRÁFICO 18 • Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com condições de moradia adequadas, segundo a cor/raça dos chefes – Brasil e Grandes Regiões, 1992 a 2005



Fonte: Ipea/DISOC, com base nos microdados da Pnad/IBGE 1992-2005, exceto 1994 e 2000, anos em que a pesquisa não foi feita

GRÁFICO 19 • Participação dos componentes do déficit habitacional – Brasil e regiões metropolitanas, 2005



Fonte: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional no Brasil 2005, Belo Horizonte, 2006



ESTABELECEER UMA
PARCERIA MUNDIAL PARA
O DESENVOLVIMENTO

Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Meta 18 (Nações Unidas) Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações.

Iniciativas de inclusão digital: o Casa Brasil, o Computador para Todos (antigo PC Conectado) e o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo).

Em 2005, havia no Brasil cerca de 9,8 milhões de computadores em domicílios particulares, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Brasil tem 140 milhões de linhas telefônicas e 32 milhões de internautas.



ESTABELECEER UMA
PARCERIA MUNDIAL PARA
O DESENVOLVIMENTO

Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Política externa do Presidente Lula tem reivindicando que países desenvolvidos assumam seu papel de ajuda aos países em desenvolvimento e que constituam um Fundo contra a Fome.

Ação contra a Fome e a Pobreza (Brasil, França, Chile e Espanha): Grupo Técnico sobre Mecanismos Financeiros Inovadores.

Unitaid - Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a Aids, Malária e Tuberculose. Lançada por Brasil, França, Reino Unido, Noruega e Chile em setembro de 2006, é financiada com recursos provenientes de uma taxa sobre passagens aéreas, já cobrada em países como França e Chile.

A Unitaid, é ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS) e promove o acesso a medicamentos com iniciativas voltadas à redução de preços e à diversificação de remédios,



ESTABELECEER UMA
PARCERIA MUNDIAL PARA
O DESENVOLVIMENTO

Parceria Mundial para o Desenvolvimento

O governo federal tem estabelecido acordos de cooperação técnica especialmente com países latino-americanos e africanos. Além disso, tem perdoado a dívida desses países com o Brasil.

Cooperação técnica em 2007 totalizou 184 projetos e missões.

Dois tipos de investimento:

- mobilização de especialistas e disponibilização de bens e equipamentos
- financiamento de projetos

Estima-se que, para cada US\$ 1 de investimento direto na cooperação Sul-Sul, o valor do aporte de conhecimentos e de recursos humanos mobilizados pelas instituições brasileiras seja 15 vezes superior.



ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Brasil Mundo

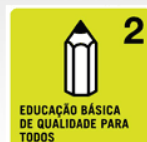


O Brasil já cumpriu o objetivo de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015; de 8,8% da população em 1990 para 4,2% em 2005. Mesmo assim, 7,5 milhões de brasileiros ainda têm renda domiciliar inferior a um dólar por dia. Em 2005 o governo se comprometeu a reduzir o número de brasileiros em pobreza extrema a 25% do total existente em 1990 e a acabar com a fome no Brasil até 2015. Diversos programas governamentais estão em curso com o objetivo de alcançar estas metas.



ATINGIR O ENSINO BÁSICO UNIVERSAL

Brasil Mundo



No Brasil, os dados são de 2005; 92,5% das crianças e jovens entre 07 e 17 anos estão matriculados no ensino fundamental. Nas cidades, o percentual chega a 95%. O objetivo de universalizar o ensino básico de meninas e meninos foi praticamente alcançado, mas as taxas de frequência ainda são mais baixas entre os mais pobres e as crianças das regiões norte e nordeste. Outro desafio é com relação à qualidade do ensino recebida.



PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E AUTONOMIA DAS MULHERES

Brasil Mundo



No Brasil, as mulheres já estudam mais que os homens, mas ainda têm menos chances de emprego, recebem menos do que homens trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. Em 2005, a proporção de homens trabalhando com carteira assinada era de 35%, contra 26,7% das mulheres. A participação nas esferas de decisão também é pequena: as mulheres representam 8,8% dos deputados e 14,8% dos senadores.



REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Brasil Mundo



O Brasil reduziu a mortalidade infantil (crianças com menos de um ano) de 4,7% em 1990 para 2,5% em 2006. Mas a desigualdade ainda é grande: crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer do que as ricas, e as nascidas de mães negras e indígenas têm maior taxa de mortalidade. Por região, o Nordeste apresentou a maior queda nas mortes de zero a cinco anos, mas a mortalidade na infância ainda é o quase o dobro da média nacional, de acordo com o relatório Situação Mundial da Infância 2008, do Unicef.

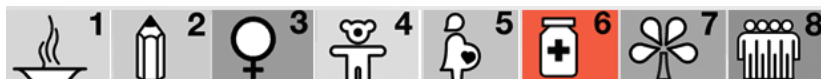


MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Brasil Mundo



Segundo o Relatório Nacional de Acompanhando dos ODMs do governo, houve uma redução de 12,7% na mortalidade materna entre 1997 (61,2 óbitos para 100 mil nascidos) e 2005 (54,3 óbitos para 100 mil nascidos), mas o próprio relatório admite que há subnotificações. Nas regiões Norte e Sudeste houve redução da mortalidade materna, mas ela aumentou no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul no país, segundo o Unicef*.

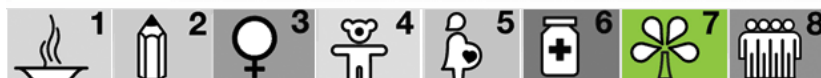


COMBATER O HIV

Brasil Mundo



O Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a proporcionar acesso universal e gratuito para o tratamento de HIV/AIDS na rede de saúde pública. Mais de 180 mil pessoas recebem tratamento com antiretrovirais financiados pelo governo. A sólida parceria com a sociedade civil tem sido fundamental para a resposta à epidemia no país. De acordo com a UNAIDS, a prevalência de HIV no Brasil é de 0,5% e há 620 mil pessoas infectadas.



GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Brasil Mundo



O país reduziu o índice de desmatamento, o consumo de gases que provocam o buraco na camada de ozônio e aumentou sua eficiência energética com o maior uso de fontes renováveis de energia. Acesso à água potável deve ser universalizado, mas a meta de melhorar condições de moradia - saneamento básico, vai depender dos investimentos realizados.



ESTABELECE PARCERIA MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Brasil Mundo



O Brasil foi o principal articulador da criação do G-20 nas negociações de liberalização de comércio da Rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio. Também se destaca no esforço para universalizar o acesso a medicamentos para a Aids. O país é pró-ativo e inovador na promoção de parcerias globais usando a Cooperação Sul-Sul como veículo.





Prêmio ODM

O Prêmio é uma iniciativa pioneira no mundo e foi proposto pelo presidente Lula na abertura da I Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em 2004.

Tem a finalidade de incentivar ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos ODM.

O Prêmio é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. A coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Na primeira edição do Prêmio ODM Brasil, realizada em 2005, foram inscritos 920 projetos e ações e 27 foram premiados.

Na segunda edição do Prêmio ODM Brasil, realizada em 2008, foram inscritas 1.062 práticas e 20 foram premiados.



As práticas vencedoras de 2008:

Organizações:

- Movimento de Organização Comunitária (BA) - Prática: Projeto mãos que trabalham: transformando a vida das mulheres dos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portão do Sertão;
- Copacol Cooperativa Agroindustrial Consolata (PR) - Prática: Programa de recomposição da Mata Ciliar;
- Fundação Odebrecht (BA) - Prática: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia – DIS Baixo Sul;
- Comunidade dos Pequenos Profetas (PE) - Prática: Obirin Lonan;
- Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (CE) - Prática: Banco Palmas;
- Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça (RO) - Prática: Um novo modo de viver e produzir na Amazônia;
- Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (SP) - Prática: Inclusão Social e Profissional de Pessoa com Deficiência;
- Salus Associação para a Saúde – Núcleo Salus Paulista (SP) - Prática: Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN);
- Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (MT) - Prática: Pesquisador Cooperado;
- Universidade do Estado do Amazonas (AM) - Prática: Programa de Formação e Valorização de Profissionais da Educação (PROFORMAR);
- Associação Saúde Criança Renascer (RJ) - Prática: Uma perspectiva integral da saúde – Reestruturação familiar;
- Sociedade 1º de Maio de Novos Alagados (BA) - Prática: Educação inovadora em Novos Alagados – Projeto CLUBERÊ.

Prefeituras:

- Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (SP) - Prática: Programa de Interação Família e Escola;
- Prefeitura Municipal de Sobral (CE) - Prática: Estratégias para elevação da proficiência da Língua Portuguesa e Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- Prefeitura Municipal de Itaiçaba (CE) - Prática: Parto Humanizado com Enfoque no Aleitamento Materno Exclusivo;
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) - Prática: BH de mãos dadas contra a Aids;
- Prefeitura Municipal de Diadema (SP) - Prática: Casa Beth Lobo – Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência Doméstica;
- Prefeitura Municipal de São Vicente (SP) - Prática: Programa de Desenvolvimento Social Parque Ambiental Sambaituba;
- Prefeitura Municipal de Ananindeua (PA) - Prática: Escola Anani – um programa de (re) qualificação da Educação Básica no município de Ananindeua;
- Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) – Prática: Programa Mãe Curitibana.



Presidência da República

Presidência da República Federativa do Brasil

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS



AGENDA DE COMPROMISSOS GOVERNO FEDERAL E MUNICÍPIOS 2009-2012

